

Implantação do código de catalogação Resource Description And Access (RDA) Na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul (PUCRS)

Marcelo Votto Texeira (PUCRS) - marcelo.texeira@pucrs.br

Michelangelo Mazzardo Viana (PUCRS) - mviana@pucrs.br

Clarissa Jesinska Selbach (PUCRS) - clarissa.selbach@pucrs.br

Loiva Duarte Novak (PUCRS) - loivaduarte@gmail.com

Salette Maria Sartori (pucrs) - ssartori@pucrs.br

Resumo:

O presente estudo de caso discorre sobre os processos que envolveram a implantação do novo código de catalogação Resource Description and Access (RDA) nos catálogos bibliográfico e de autoridade da Biblioteca Central Ir. José Otão, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A adoção de um método de implantação baseada em registros bibliográficos híbridos, com elementos descritos sob as normas do antigo código Anglo American Cataloguing Rules (AACR) e do novo código possibilitaram uma sistemática de trabalho perceptível ao usuário do catálogo. Também são tratados aspectos sobre a exibição dos novos elementos descritos sob as orientações do RDA e as possibilidades de melhoria na pesquisa e descoberta dos recursos disponibilizados pela biblioteca.

Palavras-chave: *Resource Description and Access; Catalogação; Bibliotecas Universitárias*

Eixo temático: *Eixo 6: IV EEPC - Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação. Organização e Tratamento da Informação: tecnologias e novas ferramentas, instrumentos, processos, produtos e serviços, políticas, cooperação.*

1 INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência versa sobre os processos que culminaram na implantação do novo código de catalogação *Resource Description and Access* (RDA) [Recurso Descrição e Acesso] nos catálogos bibliográfico e de autoridade, o impacto dos novos processos na usabilidade do catálogo e as mudanças nas práticas do bibliotecário catalogador na Biblioteca Central Irmão José Otão da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A implantação do novo código deu-se entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2016, movimentando as equipes do Setor de Tratamento da Informação e do Setor de Suporte e Desenvolvimento da Biblioteca.

O código de catalogação RDA foi originalmente concebido como uma atualização do *Anglo-American Cataloguing Rules, second revision* (AACR2). A meta do então *Joint Steering Committee for Revision of AACRR* (JSC) [Comitê de Direção Conjunta para Revisão do AACR], atual RDA Steering Committee (RSC), era dentro de um plano de ação que compreendia o período entre 2005 a 2009, aprimorar as regras do AACR2 para que pudesse ser lançada uma terceira edição do código, o AACR3.

Conforme Oliver (2011), as metas do plano de ação JSC buscavam mudanças estruturais, conceituais e terminológicas do AACR2, para que melhor se adaptasse ao esforço da comunidade bibliotecária internacional em aperfeiçoar o acesso aos recursos em ambiente digital. A atualização do código deveria se basear em padrões e princípios de catalogação internacionais, algo fora do contexto do AACR2. Neste contexto, dos padrões e princípios de catalogação, é que estão os Princípios Internacionais de Catalogação, os ISBDs - agora em edição consolidada - e os Requisitos Funcionais para Registros.

A grande ruptura, que levou ao “fim” dos AACRs e ao início dos estudos que deram origem ao RDA, ocorreu no envio para revisão editorial do JSC, do rascunho da Parte I do AACR3. O comitê de revisão expressou, durante sua reunião em abril de 2005, insatisfação com a linguagem e estrutura apresentada aos revisores, que alguns consideram complexa e repleta de jargões de bibliotecas (KINCY; LAYNE, 2014).

No ano de 2010, a primeira parte do trabalho de elaboração do RDA foi finalizada e disponibilizada mundialmente. Entretanto, dos trinta e sete capítulos que compreendem o novo código, doze ainda estavam incompletos, sendo estes os que tratam sobre os dados de autoridades para assuntos. O acesso ao RDA foi disponibilizado em formato eletrônico, a partir de uma plataforma denominada RDA *Toolkit*, que além das normas do código, disponibiliza ferramentas para os utilizadores, como o mapeamento dos campos MARC 21 com as orientações do RDA e as políticas de tratamento da informação de diferentes bibliotecas internacionais.

2 PROCESSOS NA IMPLANTAÇÃO DO NOVO CÓDIGO

Ao iniciarmos os estudos para o projeto de adoção do código RDA dividimos o mesmo em três grandes partes: o catálogo de registros de autoridades, o catálogo de registros bibliográficos e o catálogo on-line.

No caso do catálogo de autoridades, o primeiro a ser trabalhado no projeto, diagnosticou-se os tipos de autoridades existentes no catálogo da Biblioteca e elaborou-se *templates* para cada tipo. Foram previstos *templates* com os campos específicos do MARC 21 para: Pessoa, Família, Entidade coletiva e Evento. Ou seja, para cada tipo de autoridade foram criados *templates* com os campos específicos do MARC 21 para o Formato de Autoridades. Além disso, foram criados manuais para cada campo do MARC 21, o que possibilitou a melhor compreensão do catalogador na aplicação de cada orientação do RDA.

O nível de detalhamento na descrição dos registros de autoridades provido pelo RDA é perceptível a gestores de Bibliotecas e de grande impacto aos usuários que utilizam o catálogo. Além disso, por prover poucas alterações na elaboração dos pontos de acesso, a implantação do RDA para controle de autoridades possui maior descrição de novos elementos do que alterações em normas aplicadas pelos catalogadores, quando comparada ao AACR2.

Sobre a adoção do RDA no catálogo bibliográfico, ao analisarmos os estudos de implantação do código RDA em diferentes bibliotecas ao redor do mundo percebemos que cada biblioteca estabeleceu o processo conforme sua cultura e ajustou o catálogo on-line ao longo das etapas. Um dos exemplos mais exponenciais em nossa área foi a adoção do RDA pela *Library of Congress*, que capacitou sua equipe ao longo do tempo, disponibilizou pareceres, atualizou campos do MARC 21 e estabeleceu o que chamou de “Marco zero”: o dia em que, a partir daquela data, todos os seus registros seriam criados em RDA e os antigos permaneceriam em AACR2 até que fossem revisados, gerando a concepção de um catálogo híbrido, com registros em AACR2 e RDA. (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

No caso da Biblioteca Central Irmão José Otão, no momento em que se apresentava e a partir do desejo da Direção em obter resultados de alto impacto ao usuário, deu-se a adoção do RDA por elementos da edição consolidada do *International Standard Bibliographic Description* (ISBD). O trabalho se baseou em determinar um elemento do ISBD, avaliar sua descrição conforme AACR2, verificar as mudanças existentes a partir da sua descrição em RDA e projetar duas etapas:

- a) Gerar catálogo decisório, denominado como *campo de ajuda*, para a descrição do elemento analisado em RDA;
- b) Ajustar em lote elementos descritos em AACR2 e que poderiam ser alinhados com o RDA.

Um exemplo prático de execução do processo descrito acima pode ser mencionado a partir da área cinco do ISBD, denominada “Área de descrição do material”, no elemento “Extensão”. Enquanto que para materiais impressos e com paginação o AACR2 indica a descrição utilizando a abreviatura “p.” após o número de páginas, a descrição em RDA orienta a utilização da expressão “páginas”, sempre no idioma da agência catalogadora.

Essa mudança na descrição de um elemento específico permitiu que fossem alterados em lote todos os registros bibliográficos do nosso catálogo. Atualizando assim, a descrição do elemento conforme as orientações do RDA. Esse processo foi realizado em outros campos semelhantes, gerando registros híbridos.

Todavia, antes que partíssemos para as próximas alterações, foi realizado um mapeamento dos materiais bibliográficos existentes no acervo físico e eletrônico da Biblioteca, com vista a prover *templates* com os campos do MARC 21 para Formato Bibliográfico para cada tipo de material a ser catalogado. O mapeamento seguiu a concepção de tipo de material, tipo de conteúdo e tipo de suporte, ou seja, uma gravação de vídeo (tipo de material), pode ser analógica ou digital (tipo de conteúdo) e disponível em um rolo de filme, DVD ou On-line (tipo de suporte).

Um fator importante a ser mencionado, e encontrado em literatura que trata sobre a adoção do código RDA, é o pouco impacto dos novos elementos tipo de conteúdo, mídia e suporte para o usuário (KINCY; LAYNE, 2014; OLIVER, 2011). A descrição destes elementos baseia-se na possibilidade de geração de facetas de busca no catálogo. Contudo, a descrição destes elementos, controlados pelo RDA, não apresentam termos ou expressões de uso habitual para o usuário. Como, por exemplo, um livro impresso que recebe no tipo de suporte o termo "Volume". Diante destes estudos, adotamos a descrição do tipo de conteúdo, mídia e suporte conforme as orientações do RDA para cada tipo de material da biblioteca, mas a exibição dos dados em nosso catálogo apresenta os campos locais do MARC 21 para Registros Bibliográficos para os elementos tipo de conteúdo, mídia e suporte controlados pela Biblioteca Central Irmão José Otão.

Para os novos elementos de descrição em RDA - tipo de conteúdo, mídia e suporte - assim como a descrição de características - som, vídeo e imagem - foi prevista a exibição destes elementos no catálogo on-line da biblioteca e como eles poderiam beneficiar o usuário que pesquisa no mesmo. Para isso, há um trabalho conjunto para elaborar melhores formas de pesquisa e recuperação a partir destes dados. Esse trabalho se dá entre a equipe de bibliotecários que atua na área de suporte e desenvolvimento e a equipe da área de tratamento da informação, da Biblioteca Central Irmão José Otão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção do novo código de catalogação representa um marco importante para a Biblioteca Central Irmão José Otão. Repensar processos e aprimorar práticas com vista a potencializar a descoberta e o acesso aos recursos é uma premissa constante em nossas ações. Nesse sentido, o RDA veio ao encontro desta forma de trabalhar, permitindo reavaliar um processo antigo e de alta relevância para uma biblioteca como é o tratamento da informação.

Por outra perspectiva, estar na vanguarda de processos tão significativos para a área da biblioteconomia, como a catalogação, representa podermos contribuir, com exemplos práticos, para um cenário acadêmico e técnico da área. E diante disso, temos a convicção de que divulgar a adoção do RDA e as formas de implantação do

processo podem contribuir para um cenário próspero na catalogação brasileira, em que mais bibliotecas avancem seus catálogos para um novo padrão de descrição.

Todavia, cabe salientar que ao adotarmos o RDA como código de catalogação compreendemos que as atualizações são constantes, no mínimo uma vez ao ano, e que devemos estar sempre em contato com as agências catalogadoras que regem e definem as orientações do código. Para isso acontecer, a participação em listas de discussões e contatos por e-mail são essenciais para a compreensão das normas de descrição além do código.

Avanços são necessários para potencializarmos o uso do RDA em nosso catálogo. A exibição dos registros de autoridades ainda não é uma realidade para nós, por mais que os registros já estejam com elementos que permitam uma experiência de uso do catálogo de autoridades ao qual julgamos satisfatória. Este é um processo que desejamos avançar em breve.

Por fim, a adoção do RDA nos catálogos de autoridade e bibliográfico da Biblioteca Central Irmão José Otão rendeu e continua a render aspectos positivos para a comunidade acadêmica que utiliza o catálogo da biblioteca. A implantação ocorreu ao longo do ano de 2016 e percebeu-se um significativo aumento na satisfação dos usuários que utilizam o catálogo já na avaliação acadêmica, disponibilizada no início do ano de 2017. O resultado desta avaliação nos permitiu mensurar que a adoção do RDA está longe de ser apenas um ganho para a comunidade bibliotecária, sendo também um ganho impactante para a comunidade acadêmica na pesquisa e descoberta de recursos.

REFERÊNCIAS

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. 2. ed. rev. 2002. São Paulo: FEBAB; Imprensa Oficial, 2004.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **ISBD Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada**. [s.l.]: IFLA, 2011. (IFLA Series on Bibliographic Control, 44).

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. [s.l.]: IFLA, 2009.

KINCY, Chamy Pompey; LAYNE, Sara Shatford. **Making the move to RDA: a self-study primer for catalogers**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014. ISBN (e-book) 9780810887701

LIBRARY OF CONGRESS. **Library of Congress (LC) RDA Training Materials**. 2012. Disponível em: <<http://www.loc.gov/catworkshop/RDA%20training%20materials/LC%20RDA%20Training/LC%20RDA%20course%20table.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução de Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011. 153 p. ISBN 9788585637453

RDA TOOLKIT. ©2016. Disponível em: <<http://www.rdatoolkit.org/>>. Acesso em: 19 set. 2017.